

Nova arma tem elevado custo social

Ao provocar a **recessão pedagógica**, entretanto o governo está condenando ao desemprego milhares de trabalhadores e contribuindo para elevar os contingentes de pobres e, indiretamente, os já crescentes índices de criminalidade.

A política de juros altos traz, ainda, o risco de provocar uma onda de quebraadeira das pequenas e médias empresas sem capital de giro. Pode, ainda, se prolongada, servir de realimentador inflacionário, na medida em que eleva os custos de produção nas empresas, que terão de fazer os repasses para os seus preços finais.

Um outro efeito perverso da **recessão pedagógica** está na queda da arrecadação tributária, já que esta é diretamente proporcional ao crescimento econômico: maior crescimento, maior arrecadação. Recessão, arrecadação menor.

Apesar de todos esses efeitos colaterais típicos das políticas econômicas ortodoxas, como a que é adotada hoje pelo Brasil, o presi-

dente Fernando Collor garantiu a Michel Camdessus que não vai recuar um milímetro dessa política.

Destaque-se, ainda, que toda essa estratégia está calçada por uma série de mudanças estruturais que procuram induzir as empresas a ingressarem num processo de maior modernização e competitividade, destacando-se, aí, um virtual corte de subsídios antes concedidos pelo governo, a execução de uma nova política industrial e de competitividade, de privatização, de desregulamentação da economia como também de abertura para o exterior.

Os custos sociais e demais efeitos colaterais provocados pela política da **recessão pedagógica**, naturalmente, desencadeiam pressões políticas e sociais contra a manutenção dessa política por um tempo muito longo. Mas o presidente Collor está convencido de que os especuladores vão ceder mais rápido do que se espera, aprendendo a buscar lucros maiores na economia de es-

cala. Se isso ocorrer, a política recessiva será revertida, voltando o Brasil a crescer, a gerar mais renda e mais empregos.

Os escalões técnicos do governo estão convencidos de que o mês de março será decisivo para se ter ideia do futuro dessa política de **recessão pedagógica**. Naquele mês, será expedido uma espécie de **boletim**, ficando patente se o empresário brasileiro está aprendendo a conviver com uma economia típica de mercado (onde os preços são livres, mas em função do comportamento da demanda, caindo quando esta se retrai, coisa que não ocorre no Brasil de hoje), ou não.

Os primeiros indícios vindos do mercado, são de que o aprendizado da **recessão pedagógica** está se verificando, a julgar pela onda de promoções, de queimas de estoques e de liquidações e pelo ligeiro declínio apresentado pela inflação das últimas quadrissemanas (segundo aferições da Fipe — Fundação Instituto de Pesquisa Econômica, da

USP).

Na prática, os empresários têm a seu favor o pagamento do 13º salário, que dará uma injeção de ânimo no consumo, ainda que tênue. De qualquer modo, as empresas vão se desfazer, ao menos parcialmente, dos seus estoques em dezembro e janeiro. Fevereiro, mês fraco de vendas, será o mês da avaliação dos resultados. E em março os comerciantes devem voltar a fazer suas encomendas junto às indústrias. Este será o momento decisivo para a queda da inflação.

Se as expectativas dos industriais sinalizarem que a inflação será descendente, vão pedir, pelos seus produtos, preços menores. O boletim de aferição da inflação pedagógica, terá sido **azul**. Caso contrário, vão sinalizar com inflação mais alta, e o "boletim" será **vermelho**. E este será, também, o sinal de que a **recessão pedagógica** será bem mais longa do que se pensa, e muito mais intensa. (H.R.)